



**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESIGUALDADE SOCIAL:
uma leitura à luz dos capitais bourdieusianos**

**ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND SOCIAL INEQUALITY:
a reading through the lens of bourdieu's forms of capital**

Marcio José de Lima Rezende Filho

Psicólogo Sanitarista.

Licenciado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa/Inglês.
Especialização em Saúde Pública. Pós-graduado em Educação Inclusiva.
Mestrando pela UFPE.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0690-6172>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8479061785782217>

E-mail: marciolimajr900@gmail.com

Jefferson Araujo da Silva

Graduando em Educação Física (UFPE/CAV).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9815-8937>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2612941695036277>

E-mail: academicojeff@gmail.com

Ana Gabrielly Gomes da Silva

Graduanda em Ciências Biológicas (UFPE/CAV).

Graduanda pela UFPE.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7312-7961>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0241630507088574>

E-mail: anagomes.silva@ufpe.br

Hanna Yasmim Tavares Lima

Graduanda em Licenciatura em Educação Física (UFPE/CAV).

Graduanda pela UFPE.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3502-9940>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2214402625258500>

E-mail: hanna.yasmim@ufpe.br

Charlene Santana da Silva

Graduanda em Saúde Coletiva (UFPE/CAV).

Graduanda pela UFPE.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0474-571X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3636161933687543>

E-mail: charlene.santana@ufpe.br

RESUMO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho teórico-analítico, com foco na análise das teorias de Pierre Bourdieu sobre os diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico). O objetivo é investigar de que maneira a inteligência artificial pode reforçar ou escancarar as desigualdades sociais, utilizando os conceitos de Pierre Bourdieu, para enriquecer a investigação e aprofundar a discussão sobre os impactos da IA. A averiguação se baseia em artigos acadêmicos, estudos de caso e investigações contemporâneas selecionados de maneira pertinente ao tema, que abordam os reflexos da IA em diferentes contextos sociais. O estudo revela que a IA, apesar de seu potencial de democratizar o acesso à informação e educação, tende a aprofundar as desigualdades já existentes. A distribuição desigual dos tipos de capital social, cultural e econômico influencia

diretamente a capacidade dos indivíduos e grupos de se apropriarem das novas tecnologias. A exclusão digital emerge como um fator crítico que agrava as disparidades sociais. O desfecho sugere que políticas públicas direcionadas à inclusão digital e ao acesso equitativo à tecnologia são essenciais para mitigar as desigualdades e promover uma transformação social mais justa.

Palavras chaves: Inteligência Artificial; Desigualdades Sociais; Pierre Bourdieu.

ABSTRACT

This research adopts a qualitative, theoretical-analytical approach, focusing on the analysis of Pierre Bourdieu's theories on the different types of capital (economic, cultural, social, and symbolic). The objective is to investigate how artificial intelligence can reinforce or expose social inequalities, using Bourdieu's concepts to enrich the investigation and deepen the discussion on the impacts of AI. The analysis is based on academic articles, case studies, and contemporary investigations selected for their relevance to the topic, addressing the effects of AI in different social contexts. The study reveals that AI, despite its potential to democratize access to information and education, tends to deepen existing inequalities. The unequal distribution of social, cultural, and economic capital directly influences the capacity of individuals and groups to appropriate new technologies. Digital exclusion emerges as a critical factor that aggravates social disparities. The conclusion suggests that public policies aimed at digital inclusion and equitable access to technology are essential to mitigate inequalities and promote a fairer social transformation.

Keywords: Artificial Intelligence; Social Inequalities; Pierre Bourdieu.

Introdução

A inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma das forças motrizes da transformação social no século XXI, permeando diversos aspectos da vida cotidiana, desde decisões judiciais até recomendações de consumo. Entretanto, sua ascensão levanta questões cruciais sobre como tecnologias como o ChatGPT, DeepSeek, Gemini e Claude interagem com as estruturas sociais existentes, especialmente no que tange à reprodução ou mitigação das desigualdades sociais.

Pierre Bourdieu, sociólogo catedrático francês, é amplamente reconhecido por suas contribuições fundamentais à sociologia contemporânea, especialmente em relação às dinâmicas de poder, desigualdade e cultura. Em sua teoria dos capitais, oferece um arcabouço teórico robusto para compreender as dinâmicas de poder e desigualdade na sociedade. Conforme a teorização de Bourdieu, pode-se pensar que os diferentes tipos de capital — econômico, cultural, social e simbólico — são, em muitos casos, distribuídos de maneira desigual entre os indivíduos e grupos sociais, o que poderia influenciar suas posições e trajetórias dentro dos diversos campos sociais. A aplicação dessa teoria ao contexto da IA oferece uma oportunidade para investigar como essas tecnologias podem, potencialmente, tanto reforçar quanto desafiar as hierarquias sociais estabelecidas.

Estudos contemporâneos têm evidenciado que os sistemas algorítmicos podem perpetuar preconceitos e desigualdades. Por exemplo, Cathy O'Neil (2016) argumenta que modelos

matemáticos utilizados em diversas áreas, como educação e justiça criminal, podem reforçar injustiças sociais quando baseados em dados enviesados. Da mesma forma, Safiya Noble (2018) destaca como algoritmos de busca podem reproduzir estereótipos raciais e de gênero, afetando negativamente grupos marginalizados.

Além disso, a concentração de poder em grandes corporações tecnológicas, como o *Google*, levanta questões sobre a distribuição desigual do capital tecnológico e informacional. Walter Praxedes (2024) utiliza a teoria do campo econômico de Bourdieu para analisar como essas empresas operam dentro de um campo que privilegia determinados agentes, consolidando posições dominantes e limitando o acesso de outros.

Esse artigo propõe uma análise crítica dos impactos da IA na (re)distribuição dos capitais bourdieusianos, examinando como as tecnologias digitais reconfiguram as possibilidades de acumulação, conversão e mobilização desses recursos no espaço social. Ao adotar a sociologia do teórico catedrático Bourdieu como lente analítica, busca-se elucidar os processos pelos quais a IA tanto consolida assimetrias sociais quanto abre fissuras para resistências e ressignificações, a depender das estratégias de agentes situados em diferentes posições no espaço social.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho teórico-analítico, que, conforme Minayo (2010), é caracterizada pela análise crítica e reflexiva de fenômenos sociais a partir da interpretação dos dados. Assim sendo centrada na investigação das relações entre a IA e as desigualdades sociais sob a perspectiva dos capitais bourdieusianos. Assim sendo, é centrada na investigação das relações entre a IA e as desigualdades sociais sob a perspectiva dos capitais. A pesquisa adota uma abordagem explicativa, buscando analisar as causas e os efeitos das inteligências artificiais (IAs) e sua correlação teórico-crítica com as desigualdades sociais. A partir de uma perspectiva epistemológica crítica, o estudo questiona as estruturas de poder e as ideologias presentes na sociedade, explorando como essas dinâmicas influenciam a reprodução ou transformação das desigualdades sociais.

Para sustentar a análise, foram selecionados, de maneira intencional e criteriosa, artigos acadêmicos e textos teóricos que dialogam com o tema central da investigação. A busca por referências priorizou produções recentes e relevantes que abordam a IA em relação à estratificação social, bem como estudos que exploram os conceitos de Pierre Bourdieu, especialmente os de capital econômico, cultural, social e simbólico. Realizaram-se buscas em Google Acadêmico e SciELO

utilizando descritores do DeCS/MeSH¹ — “Artificial Intelligence”, “Education” e “Pierre Bourdieu” —, com recorte temporal na última década e limitação a artigos revisados por pares e capítulos de livro em inglês e português. Observou-se que a combinação dos três termos (“Artificial Intelligence” AND “Education” AND “Pierre Bourdieu”) não retornou resultados pertinentes, o que sugere uma lacuna na literatura que amarre diretamente a teoria bourdieusiana à IA em contextos educacionais.

Por outro lado, a junção de “Education” AND “Pierre Bourdieu” retornou 124 estudos, os quais foram posteriormente filtrados e selecionados conforme sua maior proximidade com a temática central da pesquisa. Cada registro incluído atendeu a critérios claros de inclusão — pertinência ao objeto de estudo, consistência conceitual e qualidade da fonte — e a critérios de exclusão — textos não revisados por pares, estudos puramente quantitativos sem embasamento crítico e materiais indisponíveis na íntegra. Esse procedimento, embora não sistemático, assegura transparência e rigor, evidenciando o papel ativo do pesquisador na curadoria do referencial teórico.

A análise dos textos selecionados foi conduzida de forma interpretativa, observando como os discursos científicos e sociológicos representam as implicações da IA na manutenção ou ruptura das desigualdades. O olhar teórico bourdieusiano foi utilizado como eixo norteador, permitindo a identificação de articulações entre os capitais e o acesso às tecnologias de IA, bem como as formas simbólicas de dominação se atualizam em ambientes digitais.

Resultados

A análise integrativa realizada revela que a incorporação da IA na educação constitui um fenômeno paradoxal, simultaneamente reprodutor de desigualdades estruturais e vetor potencial de reinvenção pedagógica. Longe de operar como força neutra ou equalizadora, a tecnologia inscreve-se em um campo minado por assimetrias históricas, convertendo-se em espelho ampliado das hierarquias cognitivas que marcam o tecido social. O acesso significativo à IA – para além da mera disponibilidade técnica – revela-se profundamente condicionado por capitais econômicos, culturais e sociais, configurando uma nova lógica de estratificação cognitiva mediada digitalmente. Enquanto estudantes de contextos privilegiados mobilizam algoritmos como instrumentos de ampliação de repertórios, dominando linguagens técnicas e transgredindo usos prescritivos, aqueles em situações de vulnerabilidade veem-se frequentemente confinados ao consumo passivo de conteúdos padronizados, aprofundando silenciamentos epistêmicos sob o véu de uma suposta neutralidade tecnológica.

Nesse cenário, os sistemas algorítmicos emergem como agentes sutis de curadoria cognitiva, sofisticando mecanismos tradicionais de exclusão educacional. À maneira das estruturas simbólicas

¹ O vocabulário DeCS/MeSH organiza termos técnicos para facilitar a busca por informações científicas.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESIGUALDADE SOCIAL:
uma leitura à luz dos capitais bourdieusianos**
*Jefferson Araujo da Silva; Marcio José de Lima Rezende Filho;
Ana Gabrielly Gomes da Silva; Charlene Santana da Silva*

analisadas por Bourdieu, operam como arquitetos invisíveis do capital cultural, hierarquizando saberes através de métricas quantificáveis que desconsideram trajetórias singulares e epistemologias marginais. O potencial disruptivo da IA é assim cooptado por lógicas meritocráticas, convertendo-se em certificador de excelências pré-definidas, enquanto ritmos de aprendizagem dissonantes e formas alternativas de inteligibilidade são sistematicamente obliteradas.

Entretanto, em meio a esse panorama desafiador, germinam experiências pedagógicas insurgentes que subvertem a instrumentalização hegemônica da tecnologia. Educadores e aprendizes engajados em práticas colaborativas de cocriação reinventam ferramentas algorítmicas como extensões da agência pedagógica: redesenhando interfaces para incorporar expressões culturais plurais, utilizando análise preditiva para mapear – não determinar – percursos de aprendizagem, ou empregando *chatbots* como mediadores dialógicos em processos de letramento crítico. Nesses espaços intersticiais, a IA deixa de ser substituta do trabalho docente para tornar-se catalisadora de ecologias alternativas de conhecimento, ancoradas em éticas do cuidado que privilegiam escuta ativa, adaptação a temporalidades não lineares e valorização de saberes comunitários.

Essa dupla dinâmica de reprodução e transformação exige uma reconfiguração radical do discurso sobre tecnologia educacional. Superar o instrumentalismo ingênuo demanda reconhecer a dimensão política embutida no design tecnológico, fortalecer competências críticas para navegação algorítmica e criar marcos regulatórios comprometidos com justiça cognitiva. O verdadeiro potencial da IA reside não em sua sofisticação técnica, mas em sua capacidade de ser reapropriada como ferramenta de descolonização curricular, amplificando vozes historicamente marginalizadas e ressignificando os próprios parâmetros do que se reconhece como conhecimento válido. Assim compreendida, a IA não representa um futuro educacional autônomo, mas um espelho amplificado do presente – refletindo com crueza suas contradições, mas também iluminando fissuras por onde respinga possibilidades de reinvenção. A tarefa que se impõe é a de tensionar essas brechas, transformando a tecnologia não em um final, mas em meio para a construção de uma pedagogia radicalmente inclusiva, capaz de honrar a complexidade irredutível do desenvolvimento humano.

A Reprodução das Desigualdades Digitais: a interseção dos capitais de Bourdieu no acesso e uso da tecnologia

Em 2023, o Brasil celebrou um avanço notável na conectividade digital, com 92,5% dos domicílios urbanos e 81,0% das residências rurais conectadas à internet, totalizando 72,5 milhões de lares *online*, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Esse crescimento, impulsionado por políticas públicas como o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), o Wi-Fi Brasil e iniciativas de inclusão digital promovidas por estados e municípios,

além da expansão de infraestrutura, reduziu a disparidade histórica entre zonas urbanas e rurais de quarenta (40) pontos percentuais em 2016 para 13,1 pontos em 2023, indicando um movimento — ainda que lento — de inclusão. Contudo, por trás desses números, persistem desigualdades profundas: 22,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais permanecem excluídas digitalmente, sendo 46,3% por desconhecimento do uso da tecnologia, 25,9% por acreditar não ter utilidade e 15% por limitações econômicas. A exclusão concentra-se em grupos vulneráveis: idosos com ensino fundamental incompleto, populações periféricas e trabalhadores informais, cujas trajetórias de vida são marcadas por precariedades que transcendem a falta de acesso à rede.

Para além dos dados oficiais, há sujeitos apagados pelos próprios métodos de coleta. Indígenas em territórios remotos, comunidades quilombolas sem infraestrutura estável, moradores de rua por não terem endereço fixo e pessoas com deficiência que enfrentam barreiras de acessibilidade são exemplos de grupos que sequer figuram nas pesquisas.

A invisibilização revela, o que Boaventura de Sousa (2000) denomina *epistemologia da ausência*, isto é, a negação de existência e de relevância de experiências e saberes que não se enquadram nos moldes hegemônicos da ciência moderna. Nessa perspectiva, as formas dominantes de conhecimento produzem silêncios e marginalizações sistemáticas, reforçando exclusões sociais e cognitivas (Santos, 2000).

O mecanismo de imperceptibilidade estatística não apenas mascara a magnitude da exclusão, mas também naturaliza sua marginalização. Sem reconhecimento em políticas públicas, tais populações enfrentam um ciclo perverso: a falta de documentação ou de representação em estudos os torna "inexistentes" para ações governamentais, perpetuando desigualdades que se entrelaçam com raça, classe e gênero. A internet, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta técnica, mas um dispositivo de poder: quem está fora dela perde acesso a direitos básicos, como saúde digital, educação remota e participação política.

Essa realidade expõe como a exclusão digital reproduz hierarquias sociais já consolidadas. A teoria dos capitais de Bourdieu (1986) — econômico, cultural, social e simbólico — oferece um arcabouço crítico para decifrar essas assimetrias. Conforme Bourdieu (1986), o capital econômico, embora central, não opera de forma isolada. Ele representa os recursos materiais acumuláveis — como dinheiro, propriedades e ativos — que podem ser diretamente convertidos em poder ou utilizados para obter outras formas de capital. Contudo, é no entrelaçamento com os capitais não econômicos que se revela o verdadeiro potencial da dominação simbólica.

O capital cultural, nesse sentido, é particularmente relevante para compreender os mecanismos sutis de exclusão. Trata-se do repertório de saberes, disposições cognitivas e competências simbólicas adquiridas ao longo da vida, transmitido tanto pelo grupo horda familiar e

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESIGUALDADE SOCIAL:
uma leitura à luz dos capitais bourdieusianos**
*Jefferson Araujo da Silva; Marcio José de Lima Rezende Filho;
Ana Gabrielly Gomes da Silva; Charlene Santana da Silva*

social, quanto pelas instituições educacionais. Esse capital apresenta-se sob três formas: incorporada, como um habitus cultivado; objetivada, na forma de bens culturais tangíveis; e institucionalizada, por meio de títulos acadêmicos que conferem legitimidade formal ao saber (Thiry-cherques, 2006). Indivíduos com maior capital cultural não apenas acessam com mais facilidade os dispositivos tecnológicos, mas também os interpretam e manipulam de modo mais eficaz, perpetuando desigualdades no plano simbólico.

Já o capital social — entendido como o conjunto de relações e redes de sociabilidade que um sujeito pode mobilizar — confere acesso a recursos e informações que, de outro modo, estariam fora de seu alcance. No contexto da exclusão digital, essa dimensão é crítica: quem está inserido em redes sociais densas e conectadas tende a usufruir de melhores oportunidades de acesso e orientação tecnológica, consolidando, assim, sua posição social.

A ausência dessas redes, por sua vez, acentua o isolamento e a marginalização, dificultando a superação das barreiras digitais. Como aponta Bourdieu (1986), o capital social consiste na posse de uma rede de relações duráveis, que pode ser convertida em outros tipos de capital — como o econômico ou cultural —, sendo, portanto, um diferencial decisivo nas disputas sociais e simbólicas.

Por fim, o capital simbólico atua como instância de legitimação das demais formas de capital. Ele se manifesta no prestígio, na honra e no reconhecimento social que um sujeito acumula, frequentemente como resultado da acumulação histórica dos outros capitais. O capital simbólico, ao naturalizar privilégios, exerce um poder estrutural de validação que tende a invisibilizar os mecanismos sociais de exclusão. Assim, o domínio sobre os recursos tecnológicos, quando legitimado simbolicamente, converte-se em mais um instrumento de distinção, reproduzindo as desigualdades sob a aparência de mérito.

A teoria de Pierre Bourdieu sobre os capitais revela a interdependência e a conversibilidade entre diferentes formas de capital, como o econômico, o cultural, o social e o simbólico. Bourdieu (1984 p.114) argumenta que as formas de capital são conversíveis umas nas outras, ou seja, o capital econômico pode ser transformado em capital simbólico e vice-versa. Esse processo de conversão permite que a acumulação de um tipo de capital facilite o acesso a outros, criando uma dinâmica em que o poder e o prestígio se entrelaçam de maneira estratégica nas interações sociais. No contexto digital, essa conversibilidade se reflete no modo como o acesso às tecnologias não é apenas uma questão de recursos materiais, mas também um reflexo das posições simbólicas e sociais que determinam quem tem direito ao reconhecimento e à valorização social.

Se o acesso à internet depende de recursos financeiros (capital econômico) e de habilidades técnicas (capital cultural), sua negação reforça a posição subalterna de grupos historicamente negligenciados. A invisibilidade dos excluídos, por sua vez, reflete a ausência de capital simbólico

para demandar visibilidade em políticas públicas. Ao explorarmos esses conceitos, torna-se claro que a inclusão digital não se resume a instalar antenas ou distribuir dispositivos, mas a confrontar estruturas que distribuem desigualmente os capitais necessários para navegar — e transformar — o mundo digital.

Entre Capitais e Códigos: a inteligência artificial na reconfiguração das desigualdades sociais

Com base na perspectiva bourdieusiana, observa-se que os sujeitos dominantes, por deterem maior acúmulo e integralidade de capitais — cultural, econômico, social e simbólico —, apropriam-se da IA de maneira mais sofisticada, estratégica e crítica do que os sujeitos dominados. A compreensão de que o acesso à IA não se restringe à sua mera disponibilidade técnica, mas abarca também a forma como ela é instrumentalizada no cotidiano, permite adentrar em uma análise mais profunda das desigualdades que se reproduzem e se reinventam no campo digital.

Nesse sentido, o conceito de “capital digital”, conforme proposto por Ragnedda, Addeo e Ruiu (2024), torna-se uma chave analítica fundamental. Os autores argumentam que o capital digital, enquanto desdobramento dos capitais tradicionais, condiciona a capacidade dos indivíduos de operar, interpretar e otimizar ferramentas tecnológicas como a IA. Ou seja, o domínio técnico e simbólico da IA está diretamente atrelado à bagagem prévia dos sujeitos, o que provoca um aprofundamento da estratificação social.

Esse cenário é corroborado por Zajko (2022), que aponta para a dimensão estrutural das desigualdades amplificadas pelos sistemas algorítmicos. Em sua análise, ele vai além da identificação de vieses computacionais, defendendo que os algoritmos reproduzem lógicas de dominação social já existentes, pois são moldados dentro de estruturas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. Assim, a IA não se configura como uma ferramenta neutra, tampouco como um agente de equalização de oportunidades, mas como um dispositivo técnico que tende a conservar, e até mesmo intensificar, hierarquias sociais.

Essa análise converge com os achados empíricos de um estudo publicado na *Poetics* (2022), que demonstrou que indivíduos com maior capital socioeconômico nos Estados Unidos utilizam assistentes digitais não apenas com maior frequência, mas também de maneira qualitativamente distinta extraindo funções mais avançadas, personalizando respostas e adaptando os sistemas aos seus próprios interesses e modos de vida. Tal dado empírico é revelador, pois evidencia que a desigualdade digital se dá tanto no plano do acesso quanto na profundidade e na intencionalidade do uso.

Além disso, Zajko (2021) reafirma que o combate aos vieses algorítmicos precisa ser articulado com uma crítica às estruturas sociais que os sustentam. Em outras palavras, não basta “corrigir” os sistemas de IA tecnicamente; é preciso interrogar quem os projeta, com quais valores,

para quais públicos e com que finalidades. A IA, portanto, atua como vetor de poder simbólico, conforme Bourdieu compreende esse conceito: ela opera na naturalização das diferenças, convertendo desigualdades sociais em aparentes diferenças de competência técnica. Essa sofisticação na apropriação tecnológica dos grupos dominantes implica não apenas maior acesso às versões mais potentes e personalizáveis da IA — frequentemente disponíveis apenas mediante pagamento —, mas também a capacidade de orientar, criticar e até reconfigurar os usos da tecnologia de acordo com seus próprios interesses de classe.

Dessa forma, a questão central que se impõe não é meramente "quem utiliza IA?", mas "como, em que profundidade e com quais versões ela está sendo utilizada?". A resposta a essa pergunta, iluminada pelas contribuições recentes de Ragnedda, Zajko e pelos estudos empíricos na área, revela uma lógica de estratificação tecnológica que caminha lado a lado com a estrutura social mais ampla. Trata-se, portanto, de uma reprodução tecnossocial das desigualdades, onde a IA opera como mediadora e amplificadora das assimetrias já enraizadas no tecido social. A leitura da IA a partir desse prisma exige não apenas um olhar técnico ou funcionalista, mas uma crítica sociológica robusta que desvele os modos pelos quais o capital, em suas múltiplas formas, continua a operar, agora também por meio dos algoritmos e das lógicas probabilísticas que os sustentam.

A apropriação discrepante da inteligência artificial e seus impactos nas dinâmicas sociais contemporâneas

A IA emerge de forma transformadora no século XXI, reconfigurando dinâmicas sociais e amplificando desigualdades estruturais. Ao analisar sua interação com as estruturas sociais, é possível identificar como a IA atua como mediadora das hierarquias já existentes, especialmente quando observada sob a lente dos capitais totais. A IA, enquanto tecnologia incorporada à teia desses capitais, opera como um mecanismo de consagração simbólica, onde apenas aqueles já dotados de recursos acumulados podem mobilizá-la de forma estratégica e produtiva. Essa dinâmica se reflete na disparidade entre sujeitos dominantes, que utilizam a IA de maneira sofisticada e crítica, e sujeitos dominados, que enfrentam barreiras técnicas, culturais e simbólicas para acessá-la.

A perspectiva de Pierre Lévy sobre cibercultura amplia essa análise ao destacar que o ciberespaço não é um território neutro, mas sim um espaço moldado pelas interações humanas e tecnológicas. Lévy argumenta que o ciberespaço é construído coletivamente, refletindo as relações de poder que permeiam a sociedade. Nesse sentido, a IA intensifica as assimetrias ao concentrar a força em grandes corporações tecnológicas, como aponta Praxedes (2024), que utiliza a teoria do campo econômico de Bourdieu para analisar como empresas como o *Google* operam dentro de um campo que privilegia determinados agentes, consolidando posições dominantes e limitando o acesso

de outros. Esse processo de colonização do ciberespaço pelas elites tecnológicas cria um abismo crescente entre aqueles que podem moldar o futuro digital e aqueles que permanecem à margem.

Além disso, a IA atua como vetor de reprodução simbólica, conforme Zajko (2022), ao naturalizar diferenças de competência técnica que, na verdade, são resultado de desigualdades estruturais. Sistemas algorítmicos, como destaca Noble (2018), reproduzem estereótipos raciais e de gênero, penalizando grupos historicamente marginalizados. Essa dinâmica é exacerbada pela automação impulsionada pela IA, que ameaça empregos tradicionais ocupados por trabalhadores com baixa qualificação, criando uma polarização do mercado de trabalho, como alertam Brynjolfsson e McAfee (2021). Esse cenário é particularmente preocupante em países periféricos, onde infraestruturas educacionais e digitais são insuficientes para preparar a população para as demandas de um mercado cada vez mais dependente de habilidades tecnológicas avançadas.

Apesar das tendências excludentes, é possível identificar práticas de resistência e ressignificação no uso da IA. Movimentos sociais e comunidades marginalizadas têm buscado alternativas para subverter a lógica dominante da tecnologia, propondo usos mais inclusivos e críticos da IA. Essas práticas incluem desde o desenvolvimento de tecnologias de código aberto, que buscam descentralizar o controle das ferramentas tecnológicas, até iniciativas de educação digital voltadas para a capacitação de grupos tradicionalmente excluídos.

Como aponta Milan (2023), há um crescente movimento por parte dessas comunidades para criar soluções tecnológicas que atendam às suas necessidades específicas e que se distanciam das soluções dominantes, muitas vezes tendenciosas e discriminatórias. Exemplos disso incluem projetos como o "Data for Black Lives"², nos Estados Unidos, que visam promover a equidade racial na utilização de sistemas de IA criando algoritmos que busquem mitigar preconceitos raciais e reforçando a importância de uma representação mais justa nas decisões algorítmicas.

No entanto, tais esforços enfrentam desafios significativos, que vão desde a falta de recursos financeiros até a hostilidade de grandes corporações tecnológicas, que mantêm o controle centralizado sobre as infraestruturas de dados e algoritmos. Além disso, a falta de uma regulamentação clara e de políticas públicas voltadas para a equidade na IA torna essas iniciativas ainda mais difíceis de sustentar.

Pensar a IA à luz de Bourdieu e Lévy, portanto, não é apenas um exercício acadêmico, mas um gesto político de desvelamento: explicitar como o capital se infiltra nos algoritmos, como o poder se reproduz nos dados, e como a sociedade continua, mesmo em sua versão digital, a ser palco de

² Data for Black Lives é um movimento interdisciplinar que integra ciência de dados, justiça racial e pesquisa participativa, buscando transformar dados em instrumentos de equidade social, reparação histórica e políticas públicas informadas pelas comunidades negras.

lutas pela legitimação, pela visibilidade e pelo futuro. Ao abordar essas práticas de resistência, é possível reconhecer que, embora o cenário de dominação seja complexo e desafiador, também há espaço para a subversão e transformação, ainda que os obstáculos sejam imensos.

Considerações finais

A análise bourdieusiana da IA permite elucidar de forma crítica como o campo digital contemporâneo, longe de constituir um espaço neutro ou igualitário, reproduz e reconfigura as lógicas de dominação estruturantes do espaço social. A IA, enquanto tecnologia inserida nas dinâmicas dos capitais — econômico, cultural, social e simbólico —, opera como um dispositivo de consagração, naturalizando desigualdades sob a aparência de mérito, eficiência e neutralidade técnica. Trata-se de uma estrutura algorítmica que, ao se ocultar sob discursos tecnocráticos, reforça hierarquias pré-existentes e legitima a exclusão por meio de critérios aparentemente objetivos.

No entanto, paralelamente, vemos que a engenharia tecnológica inovadora cristaliza desigualdades, o campo digital também se mostra poroso às estratégias de resistência simbólica. As apropriações contra-hegemônicas da IA, sobretudo por sujeitos historicamente marginalizados, evidenciam a possibilidade de subversão e reinvenção dos usos tecnológicos. Tais práticas tensionam os limites do habitus digital dominante e revelam que a presença social no ciberespaço não é binária entre incluídos e excluídos, mas atravessada por gradações, reconfigurações e disputas simbólicas complexas.

Pensar a IA a partir da sociologia praxiológica bourdieusiana é, portanto, mais do que um exercício interpretativo: é um gesto epistemológico e político que visa desnaturalizar a tecnologia, evidenciar a infiltração dos capitais nos algoritmos e reconhecer o campo digital como um locus de disputas pela legitimidade, visibilidade e futuro. Assim, torna-se urgente compreender a IA não apenas como ferramenta técnica, mas como estrutura simbólica atravessada por interesses, disposições e lutas, que moldam e são moldadas por uma reprodução das desigualdades sociais em sua dimensão contemporânea.

Referências

Bourdieu, P. (1986). As Formas de Capital. Em J. G. Richardson (Org.), Manual de Teoria e Pesquisa para a Sociologia da Educação (pp. 241-258)

Bourdieu, P. O poder simbólico. Bertrand Brasil, 2001.

Brynjolfsson, E.; McAfee, A. The Future of Work: Robots, AI, and Automation. MIT Press, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023. Agência de Notícias IBGE, 16 ago. 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Lam, T.; Weng, C.; Pereira, C. "Digital assistants and socioeconomic status: Patterns of use and perception in everyday life". *Poetics*, v. 91, 101638, 2022.

Lam, Thuy; WENG, Chee; PEREIRA, Cecilia. Digital assistants and socioeconomic status: Patterns of use and perception in everyday life. *Poetics*, v. 91, 101638, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304422X22000493>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Lévy, P. Cibercultura. Editora 34, 1999.

Milan, S. "Social movements and the challenges of digital activism". *Journal of Digital Activism*, 2023.

Noble, S. U. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. NYU Press. 2018.

Noble, S. U. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. NYU Press, 2018.

O'Neil, C. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Crown Publishing Group. 2016.

Praxedes, W. "O Google e a teoria do campo econômico de Pierre Bourdieu". *Revista Espaço Acadêmico*, 24(245), 31-43, 2024.

Praxedes, W. O Google e a teoria do campo econômico de Pierre Bourdieu. *Revista Espaço Acadêmico*, 24(245), 31-43. 2024.

Ragnedda, M.; Addeo, F.; Ruiu, M. L. "Digital Capital and Digital Inequalities: A Theoretical Model for Measuring Digital Capital". *New Media & Society*, 2024.

Ragnedda, Massimo; ADDEO, Francesco; RUIU, Maria Laura. Digital Capital and Digital Inequalities: A Theoretical Model for Measuring Digital Capital. *New Media & Society*, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14614448221082649>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Santos, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Zajko, M. "Artificial intelligence and inequality: A sociological perspective". *Sociology Compass*, v. 16, n. 1, e12962, 2022.

Zajko, M. "Bias beyond fairness: Structural inequality and AI ethics". *AI & Society*, v. 36, p. 927–938, 2021.

Zajko, Mike. Artificial intelligence and inequality: A sociological perspective. *Sociology Compass*, v. 16, n. 1, e12962, 2022. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/soc4.12962>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Zajko, Mike. Bias beyond fairness: Structural inequality and AI ethics. *AI & Society*, v. 36, p. 927–938, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00146-021-01153-9>. Acesso em: 20 abr. 2025.